

ISSN - 2175-6600

Vol.17 | Número 39 | 2025

Submetido em: 19/10/2025

Aceito em: 17/12/2025

Publicado em: 19/12/2025

## **Transfeminismo: Notas para (trans)formar a educação**

### ***Transfeminism: Notes to (Trans)form Education***

### ***Transfeminismo: Notas para (trans)formar la educación***

Sara Wagner York<sup>1</sup>  
Fabrício Marçal Vilela<sup>2</sup>



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2025v17n39pe20410>

**Resumo:** O presente artigo traça a genealogia do pensamento feminista e LGBTQI+, desde os estudos de gênero e o feminismo negro até a teoria queer e o transfeminismo. Argumenta que a educação é um campo estratégico para combater a violência transfóbica, racista e machista, propondo uma pedagogia transfeminista que desconstrua normas cisgêneras e promova o reconhecimento das identidades plurais. O texto defende uma prática educativa interseccional como ferramenta essencial para a transformação social e a garantia de direitos.

**Palavras-chave:** Transfeminismo; Educação; Transfobia; Interseccionalidade; Teoria Queer.

**Abstract:** This article traces the genealogy of feminist and LGBTQI+ thought, from gender studies and black feminism to queer theory and transfeminism. It argues that education is a strategic field for combating transphobic, racist, and misogynist violence, proposing a transfeminist pedagogy that deconstructs cisgender norms and promotes the recognition of plural identities. The text advocates for an intersectional educational practice as an essential tool for social transformation and the guarantee of rights.

**Keywords:** Transfeminism; Education; Transphobia; Intersectionality; Queer Theory.

<sup>1</sup>Pós-Doc da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Bolsista FAPESP 2025/15428-3); Lattes Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4397-891X>. Contato: sarawagneryork@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em História Social pelo PPGH-UFU; professor do ensino básico da Escola Estadual Governador Israel Pinheiro; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9143601901286776>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6313-2823>; Contato: fabriciomarcalvilela@gmail.com



**Resumen:** Este artículo traza la genealogía del pensamiento feminista y LGBTQI+, desde los estudios de género y el feminismo negro hasta la teoría queer y el transfeminismo. Argumenta que la educación es un campo estratégico para combatir la violencia transfóbica, racista y machista, proponiendo una pedagogía transfeminista que deconstruya las normas cisgénero y promueva el reconocimiento de las identidades plurales. El texto defiende una práctica educativa interseccional como herramienta esencial para la transformación social y la garantía de derechos.

**Palabras clave:** Transfeminismo; Educación; Transfobia; Interseccionalidad; Teoría Queer.

## 1 INTRODUÇÃO

A psicanalista e socióloga feminista brasileira Suely Rolnik abre um dos ensaios do livro “Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada”, escrevendo que: “O mundo está em convulsão, e nós com ele. Somos tomados por um mal-estar, composto de um mix de sensações. Um pavor diante da paisagem sinistra instaurada pela ascensão de forças reativas por toda parte” (Rolnik, 2018, p. 99). Segundo ela, estaríamos vivendo “a tomada de poder mundial pelo regime capitalista em sua nova dobra – financeirizada e neoliberal –, que leva seu projeto colonial às últimas consequências, sua realização globalitária (Rolnik, 2018, p. 99).

O filósofo espanhol, transfeminista e teórico queer, Paul B. Preciado, em consonância com o pensamento da psicanalista brasileira, escreveu: “Vivemos um momento contrarrevolucionário. Estamos imersos em uma reforma heteropatriarcal, colonial e neonacionalista que visa desfazer as conquistas de longos processos de emancipação operária, sexual e anticolonial dos últimos séculos” (Preciado, 2018a, p. 11). Analisando o que vem acontecendo desde a Modernidade, no século XVI, e que se estende na era Contemporânea, ele escreve:

o que estamos vivendo não é um processo natural, mas uma fase a mais de uma guerra que não cessou: a mesma guerra que levou à capitalização das áreas de preservação indígenas, ao confinamento e ao extermínio de todos os corpos cujos modos de conhecimento ou afecção desafiavam a ordem disciplinar, à destruição dos saberes populares em benefício da capitalização científica, à caça às bruxas, à captura de corpos humanos para serem convertidos em máquinas vivas da plantação colonial; a mesma guerra na qual lutaram os revolucionários do Haiti, as cidadãs da França, os proletários da Comuna, aquela guerra que fez surgir a praia sobre os paralelepípedos das ruas de Paris em 1968, a guerra dos soropositivos, das profissionais dos sexos e das trans no final do século XX, a guerra do exílio e da migração (Preciado, 2018, p.12).

O contexto em que escrevemos esse artigo é permeado pelo confronto dos subalternizados (mulheres cisgêneras (cis)<sup>3</sup>, as travestis, as/os transexuais, as bichas, as

---

<sup>3</sup> “Chamamos de cisgénero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento segundo sistema binário.



sapatonas, as/os intersexos, negras/os, indígenas, pessoas com deficiência, animais e a biosfera) contra as forças reativas conservadoras, muitas vezes encarnadas em corpos de homens brancos cisgêneros, heterossexuais e burgueses, os sujeitos *endriagos*<sup>4</sup>, segundo a filósofa mexicana e teórica queer Sayak Valencia, que interpelam os homens das classes inferiores- os proletários-, por meio dos aparelhos ideológicos do Estado (Althusser, 1996, p. 105), construindo tecnologias de gênero (Lauretis, 2019), que produzem posições de sujeitos que materializam uma masculinidade necropolítica<sup>5</sup>, que costuma “fazer o uso da violência como ferramenta de empoderamento e de aquisição de capital” (Valencia, 2010, p. 90). Esse processo reforça a defesa dos ideais do capitalismo financeirizado, produzindo representações sociais e práticas necropolíticas contra a Natureza e todos os seres vivos humanos e não humanos.

Talvez seja necessária uma genealogia do que descrevemos acima. No Brasil, em 2013, é notório o avanço de pautas dos setores conservadores, principalmente na política institucional, o exemplo paradigmático, é a posse do pastor e deputado Marcos Feliciano (PSC-SP) como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, no dia 07 de março deste ano. Feliciano é um pastor evangélico, conhecido por seus discursos racistas, classistas, homofóbicos e transfóbicos<sup>6</sup>. Os movimentos sociais (negros, LGBT+<sup>7</sup> e feministas) reagiram, houve protestos em todo o país, contra o deputado e os setores conservadores que compactuavam com as violências simbólicas, psicológicas e físicas contra a população LGBT+. Neste ano, apenas o professor universitário, jornalista, deputado federal e homossexual autodeclarado, Jean Wyllys (PSOL-RJ) ocupava o

---

<sup>4</sup> “Os endriagos. Formulamos o termo endriago para falar dessas subjetividades capitalísticas (Guatarri e Rolnik, 2006), pensando na pertinência da tese de Mary Louise Pratt, quem afirma que o mundo contemporâneo está governado pelo retorno dos monstros (Pratt, 2002, p.1). A figura do endriago advém da literatura, aparece no livro VII de Amadís de Gaula. É um monstro, cruza bestial de homem, hidra e dragão, dotado de elementos defensivos e ofensivos suficientes para provocar o temor em qualquer adversário. Sua força é tal que a ilha que habita se torna uma paisagem desabitada, uma espécie de inferno terrenal no qual só têm acesso cavaleiros cujo heroísmo ronda os limites da loucura e cuja descrição se assemelha aos territórios fronteiriços contemporâneos assediados pela necropolítica. Propomos essa analogia entre o endriago como personagem literário que pertence à metáfora colonial sobre os Outros, os não aceitáveis, os inimigos e as subjetividades capitalísticas e violentas representadas pelos criminosos mexicanos.” (Valencia, 2019, p.97).

<sup>5</sup> O termo “masculinidade necropolítica” é inspirado pelos *insights* teóricos de Paul B. Preciado. Conferir o ensaio “tecnossexualidade”. Ver: Preciado, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

<sup>6</sup> Conferir a matéria da jornalista Carolina Pompei no site: <https://www.camara.leg.br/noticias/397509-pastor-marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos/>. Acesso em 01 jun. 2022.

<sup>7</sup> A sigla se refere ao movimento de Lésbicas, Gays, travestis e transexuais. O acréscimo do “+” sinaliza para outras identidades subalternizadas que fizeram suas pautas ecoarem no início da segunda década do século XXI no Brasil, os intersexo, os/as assexuais, os queers, não-binários, sobretudo, pessoas con/vivendo com o vírus do hiv/aids, entre outras identidades de gênero e sexuais.



Congresso representando o movimento LGBTQ+ sob a perspectiva Socialista.

No ano de 2016, a primeira mulher (cisgênera) eleita Presidenta do Brasil, a economista mineira Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) (2011-2016), sofreu o golpe parlamentar que a destituiu de seu cargo. Manifestações machistas ocorreram durante esse período. O projeto colonial, machista e neoliberal colocou a “lenha na fogueira” para iniciar a caça às bruxas contemporânea no Brasil.

No ano de 2018, o deputado Jair Messias Bolsonaro (à época PSC-RJ) é eleito presidente do Brasil. O discurso fascista, por meio de uma ressonância, interpela os sujeitos na construção de um ideal de nação, uma nação de corpos brancos, heterossexuais, cisgênero, cristãos, militarizados, corpos docéis, produtivos. As travestis, as/os transexuais, as “bichas”, as “sapatonas”, os corpos negros passam a ser excluídos do imaginário do Estado-Nação. Neste mesmo ano a socióloga, vereadora (PSOL-RJ), feminista, bissexual e negra, moradora da favela da Maré, Marielle Franco, é executada, com armas de fogo, dentro do seu carro.

No ano de 2019, Jean Wyllys anunciou deixaria o Brasil devido a constantes ameaças de morte. O jornalista e político negro e homossexual David Miranda (à época filiado ao PSOL) passa a assumir a cadeira no Congresso. A violência contra LGBTQs para a aumentar, segundo o relatório produzido **Associação Nacional de Travestis e Transexuais**, organizado pelas mulheres trans Bruna G. Benevides e Sayonara Naider Bonfim Nogueira, “no ano de 2019, foram confirmadas informações de 124 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 121 Travestis e Mulheres Transexuais e 3 Homens Trans” (Antra, 2019, p. 22).

No Brasil, as políticas públicas e educacionais progressivamente interpeladas pela diferença, têm produzido efeitos de maior inclusão e de combate ao estigma, rompendo com as normativas que historicamente regulam corpos e identidades. O imaginário de “mulher de verdade”, frequentemente usado como parâmetro de legitimidade, funciona como um simulacro que forma e deforma identidades, impondo aparências e expectativas que raramente correspondem à vivência concreta de mulheres trans e travestis. Nesse contexto, a educação se configura como espaço estratégico de intervenção, permitindo problematizar normas de gênero, reconhecer experiências plurais e deslocar o olhar das aparências reguladas para a diversidade de vidas. Exemplos recentes no cenário internacional e nacional ilustram essa tensão entre normatividade e reconhecimento de identidades. O presidente da França, Emmanuel Macron, e a primeira-dama, Brigitte Macron, recorreram à Justiça norte-americana para enfrentar teorias conspiratórias e



ataques transfóbicos que questionavam a identidade de gênero de Brigitte. De acordo com o advogado Tom Clare, fotos, exames e laudos médicos foram apresentados como evidências para comprovar, juridicamente, a identidade de Brigitte e encerrar uma campanha misógina e transfóbica. Esse episódio evidencia como desinformação e discurso de ódio se articulam em espaços digitais, desafiando a dignidade das pessoas trans e mulheres de forma global.

No Brasil, debates semelhantes têm emergido em diferentes arenas. Declarações de um ministro do Supremo Tribunal Federal e de Erika Hilton, deputada federal, geraram controvérsia ao tratar das diferenças entre mulheres trans e cisgêneras. Para parte do movimento transfeminista, essas falas foram interpretadas como transfóbicas, por não reconhecer plenamente a equivalência entre identidades trans e cis. Assim, mesmo em contextos de avanço legislativo e políticas de inclusão, a sociedade enfrenta dificuldades em equiparar juridicamente e socialmente as múltiplas experiências de ser mulher.

Precisamente, o caso Macron e as controvérsias brasileiras ilustram como a afirmação da dignidade de pessoas trans e travestis continua sendo disputada globalmente, reforçando a necessidade de uma educação (trans)formadora que articule reconhecimento, inclusão e crítica aos simulacros que historicamente regulam gênero.

Como vimos acima, o avanço das políticas neoliberais e neoconservadoras tem fomentado as violências simbólicas, psicológicas, patrimoniais e físicas contras travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais, só para citar algumas identidades dissidentes. O presente ensaio tem como objetivo problematizar a Educação transfóbica, homofóbica e/ou LGBTfóbica. Neste sentido, interrogamos: como é construída a educação transfóbica? Como uma educação transfeminista pode evitar o transfeminicídio, o feminicídio e o homicídio de homens gays e bichas? O texto será dividido em três partes, na primeira parte faremos um breve histórico do movimento feminista e a construção dos estudos feministas e dos estudos de gênero (masculinidades e feminilidades), na sequência, escreveremos sobre o breve histórico do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e a construção dos estudos gays e lésbicos, na parte final, escreveremos sobre a construção dos estudos transfeminista e sua potência na desconstrução da cisheteronormatividade.



## 2 O FEMINISMO E A CONSTRUÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO: PERSPECTIVAS PÓS- ESTRUTURALISTA E PÓS-COLONIAL

No final da década de 1960, o movimento de mulheres denominado feminismo, torna-se visível em alguns países do Ocidente, especialmente nos EUA, França, Inglaterra, Espanha, Brasil, Argentina e México, só para citar alguns países<sup>8</sup>. Neste contexto, as mulheres passaram a ocupar o espaço público, organizaram passeatas, protestos e alegavam que “o pessoal é político”. Estas mulheres foram se construindo como feministas e passaram a questionar “a ideia de que homens e mulheres estavam predestinados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem o mundo externo, à mulher, por sua função procriadora, o mundo interno” (Alves; Pitanguy, 1997, p. 89).

Neste contexto, as militantes feministas atuantes como professoras nas universidades, passaram a problematizar o lugar das mulheres na sociedade, levantando questões sobre que até aquele contexto, as ciências humanas evitavam refletir, tais como: “Se a função de fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também a explicá-la pelo “eterno feminino” e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na Terra. Teremos que formular a pergunta: o que é uma mulher?” (Beauvoir, 1970, p. 9); “[como a fêmea da espécie humana] se torna uma mulher oprimida?” (Rubin, 2017, p. 10); “Por que (e desde quando) as mulheres são invisibilizadas como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana?” (Scott, 1990, p. 93). Como afirma a historiadora e educadora feminista, Guacira Lopes Louro (2014):

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência [sic] a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência (Louro, 2014, p. 21).

<sup>8</sup> No final do século XVIII, as mulheres ocidentais passaram a reivindicar direitos equivalentes aos dos homens, reivindicações que se acentuaram no final do século XIX, as mulheres (brancas e negras) continuaram a questionar a desigualdade social em relação aos homens. Dentre as reivindicações é notória a luta pelos salários igualitários, os arranjos familiares, o acesso à educação, a luta a favor da abolição da escravidão da população afrodescendente e também o acesso a determinadas profissões a que somente os homens tinham acesso. Esse momento, que teve seu apogeu nos anos 1930 no Brasil, ficou conhecido como a primeira onda do movimento feminista, denominado “Sufragismo feminino”. Para aprofundar na história do feminismo, consultar as obras: Alves, Branca Moreira; Pitanguy, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982; Pinto, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003; Wollstonecraft, Mary **Reivindicação do direito das mulheres** [recurso eletrônico] / Mary Wollstonecraft ; tradução Ivania Pocinho Motta. - 1. ed. - São Paulo :Boitempo : Iskra, 2016. ver também Davis, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016 e hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras** / bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.



Os Estudos Feministas trataram de inserir a mulher como sujeito histórico em diversas áreas do conhecimento científico, alguns acabavam por colaborar com a essencialização de alguns estereótipos do “ser mulher”. Desta forma, tornou-se emergente uma teoria que explicasse como é construída a ideia de “ser mulher”, mas que não só pensasse na construção social de feminilidade, a construção da masculinidade, ou seja, a ideia de “ser homem” também mereceria reflexão. Esse movimento faz parte de uma tentativa de fugir do “determinismo biológico” e do universalismo. É a partir dessas inquietações que surgem os Estudos de Gênero.

Em 1975, a antropóloga feminista Gayle Rubin publica seu ensaio “*O tráfico de mulheres: Nota sobre a Economia política do sexo*” (2017). Rubin é a primeira teórica feminista a apropriar-se do conceito de Gênero<sup>9</sup>, o foco da antropóloga estadunidense é localizar a opressão das mulheres (heterossexuais e homossexuais) e dos homens homossexuais.

A antropóloga estadunidense elabora o conceito “sistema sexo/gênero”, segundo ela “(...) consiste numa série de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (Rubin, 2017, p. 11). Rubin propõe um uma definição do conceito Gênero. Segundo ela:

Gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. É um produto das relações sociais de sexualidade (...) [esse sistema] exige a repressão: no homem, de qualquer versão de traços “femininos”; nas mulheres, a de traços definidos como “masculinos”. A divisão dos sexos resulta na repressão de algumas características de personalidade de praticamente todo mundo, homens e mulheres. O mesmo sistema social que oprime as mulheres em suas (do sistema) relações de troca, oprime a todo mundo em sua insistência numa rígida divisão de personalidade (Rubin, 2017, p. 31).

---

<sup>9</sup> O conceito Gênero foi utilizado pela primeira vez nos anos 50 pelo Pisco-endocrinologista John Money e popularizou na publicação do livro *Sex and Gender* (1968) pelo psicanalista Robert Stoller. Segundo a bióloga feminista Donna Haraway, “Ele formulou o conceito de identidade de gênero no quadro da distinção biologia/cultura, de tal modo que sexo estava vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e gênero à cultura (psicologia, sociologia)” in: Haraway, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22) 2004: pp.201-246. Para genealogia do conceito Gênero nos estudos feministas consultar: Vilela, Fabrício Marçal. **Gênero: genealogia de uma categoria analítica**. In Vilela, Fabrício Marçal. **Cinema e subversão: a representação de gênero em A mulher de todos (1969)**. Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia, 2017. Monografia de conclusão de curso em História; Haraway, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu** [online]. 2004, n.22, pp.201-246; Scott, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. *Revista de Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 1990; Butler, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar.-11ª edição.- Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016; Nicholson, Linda. “Interpretando o gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9- 41, 2000; Preciado, Paul B. **Tecnogênero**. In. Preciado, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**: São Paulo: N-1 edições, 2018.



O ensaio de Gayle Rubin foi (e ainda é) bem influente nos estudos feministas, estudos gays e lésbicos e na teoria queer. O conceito “sistema sexo-gênero”, interpelou as feministas da segunda onda. Ao longo da década de 1980, o conceito passou a ser reelaborado pelas feministas que conectaram os estudos feministas como os estudos pós-estruturalistas elaborado pelos franceses, o filósofo Michel Foucault (1926-1984), o filósofo Jaques Derrida (1930-2004), o psicanalista Jacques Lacan (1901-1981)<sup>10</sup>.

A historiadora feminista Joan W. Scott, por exemplo, tem refletido sobre a construção das masculinidades e feminilidades a partir da perspectiva pós-estruturalista, levando as teses de Foucault à teoria feminista, ela escreve: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1990, p. 86). Segundo ela:

gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é “puro”, não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância - mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada (Scott, 1994, p. 13).

Os estudos de gênero têm contribuído muito para as problematizações sobre a construção da desigualdade social dentre homens e mulheres. Tem ajudado na revisão de políticas feministas e consequentemente na construção de legislações e política públicas que tentam acabar com a educação sexista e as violências simbólicas, psicológicas, físicas e patrimoniais contra as mulheres (cis e trans). No Brasil é interessante destacar a Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida por Lei Maria da Penha<sup>11</sup>.

Ao longo da década de 1980, emergem nos estudos feministas pós-coloniais, as publicações e teorizações de mulheres não brancas nas Américas — negras, indígenas, chicanas, indianas, mestiças, afro-americanas, africanas, amefricanas — como Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde, Barbara Smith, Cherríe Moraga, Gloria E. Anzaldúa, Gayatri

---

<sup>10</sup> Uma introdução sobre a perspectiva da filosofia pós-estruturalismo, ou filosofia da diferença, consultar o livro Peters, Michel. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tra. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

<sup>11</sup> A lei “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.” Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)



Spivak, Patricia Hill Collins, Oyèrónkẹ Oyěwùmí, além das brasileiras Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Essas autoras foram enfáticas em suas escritas na crítica ao racismo, investigando sua produção discursiva e material na vida das pessoas não brancas. Denunciaram a violência patriarcal e racista sofrida por essas mulheres, conectando raça ao conceito de gênero e abriram espaço para uma teoria e prática feminista decolonial.

As feministas negras têm argumentado que o conceito de gênero, quando usado isoladamente como lente para ver a realidade social, perde a sua potência, ao refletir sobre a raça<sup>12</sup>. A educadora e teórica feminista negra bell hooks tem destacado, no livro *Teoria Feminista - da Margem ao Centro* que:

O racismo emerge constantemente nos escritos das feministas brancas, o que só reforça a supremacia branca e nega às mulheres a possibilidade de superar politicamente as limitações raciais e étnicas. Foi justamente por se recusar a ver e combater as hierarquias raciais que o feminismo do passado impediu que fosse feita a ligação entre raça e classe social. E, no entanto, a estrutura de classe da sociedade estadunidense foi moldada pela política racial da supremacia branca; somente analisando o racismo e suas funções na sociedade capitalista é que se pode chegar a uma plena compreensão das relações de classe. A luta de classes é indissociável da luta pelo fim do racismo (hooks, 2019, p. 30).

A educadora, poeta e teórica feminista negra e queer Audre Lorde escreveu no livro *Irmã outsider* que:

Quando as mulheres brancas ignoram os privilégios inerentes à sua branquitude e definem mulher apenas de acordo com suas experiências, as mulheres de cor se tornam “outras”, *outsiders* cujas experiência e tradição são “alheias” demais para serem compreendidas. Um exemplo disso é a marcante ausência de experiências de mulheres de cor no material das disciplinas de estudos das mulheres (Lorde, 2019, p. 145).

Como vimos, o conceito de gênero é útil para fazer uma análise da construção de representações sociais de masculinidade e feminidade, o ativismo acadêmico e político feminista tem lutado para eliminar o sexismo e a cultura patriarcal, mas, como nos orienta as feministas negras, devemos levar em conta as questões raciais, como nos interpela a teórica feminista brasileira Sueli Carneiro (2019), é preciso enegrecer o feminismo, segundo ela:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro significa, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspectos determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país, que não é branca (Carneiro, 2019, p. 316).

---

<sup>12</sup>Para compreender as ideias do feminismo negro, consultar o ensaio “pensamento feminista negro: o poder da autodefinição” da filósofa feminista Patricia Hill Collins. In *Pensamento feminista: conceitos fundamentais/Audre Lorde... [et al.]*; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p-271-314.



María Lugones, feminista argentina e teórica decolonial inspirada nas teorizações de feministas negras destaca que o sistema moderno e colonial de gênero impôs aos sujeitos dos continentes africano e americano um modelo binário de gênero, racializando e desumanizando esses sujeitos com o objetivo de inferiorizá-los e escravizá-los, garantindo a manutenção do sistema capitalista racista nesses continentes. “O processo de colonização inventou o colonizado e elaborou uma tentativa de redução completa deles a algo menos que humanos primitivos, possuídos pelo diabo, infantis, agressivamente sexuais e necessitados de transformação” (Lugones, 2019, p. 364).

Neste sentido, a luta feminista tem que ser antirracista. Pensando em gênero e raça, podemos construir uma educação que combata o machismo e o racismo, mas e com relação ao heterossexismo? E o cissexismo? O que fazer com as práticas homofóbicas e transfóbica? Como pensar em uma prática política que acabem com essas formas de violência? A seguir, narramos uma breve história do movimento LGBTQ+ e a construção dos estudos gays e lésbicos, por fim, encerraremos o artigo com a história do transfeminismo e suas propostas de uma educação que seja combativa as práticas da transfóbica institucional que tem violentado e assassinado travestis, mulheres e homens trans no Brasil.

### 3 DO MOVIMENTO GAY AO MOVIMENTO LGBTQ+: BREVE GENEALOGIA DOS ESTUDOS GAYS E LÉSBICOS

Maio de 1968, ano que eclode a pandemia de Honk Kong – invisibilizada e que vai matar milhões de pessoas, é considerado pelas/es historiadoras/es como um marco histórico de intensas transformações o Ocidente, o movimento estudantil, operário, negro, feminista e homossexual, por meio uma revolução micropolítica questionaram o ideal de um Estado- Nação burguês, branco, masculino e heterossexual.

No dia 28 de junho de 1969, emergiu o movimento gay (hoje LGBTQ+) nos Estados Unidos da América (EUA). Essa data é um marco histórico do movimento, A Rebelião de Stonewall. O movimento foi criado para questionar a homofobia institucional. Neste contexto ocorriam práticas de violências simbólicas, psicologia e física contra gays, lésbicas, travestis, transexuais e *drag queens*. Os bares e casa noturnas, onde os/as reuniam homossexuais, bissexuais, trans e *drags*, para lazer, flerte e entretenimento, sofriam batidas policiais constantes, gays, lésbicas e trans eram extorquidos/as, agredidos e detidos pela polícia.

Na madrugada do dia 28 de junho de 1969, os policiais invadiram o bar gay Stonewall



Inn, agrediram os/as homossexuais e trans, no entanto, o que eles não esperavam, era que os/as homossexuais e trans revidariam com violência contra os tentáculos do Estado homofóbico e transfóbico. As travestis, *drag queens*, gays e lésbicas passaram a fazer as manifestações, fazendo as passeatas anuais exibindo faixas escritas com as frases “poder gay” e “orgulho gay”. Neste contexto, nos EUA, o movimento optou pelo adjetivo “gay”, palavra que significa “alegre”, “jovial”, pois se tratava de significar de forma positiva a experiência afetiva e sexual entre dois homens e entre duas mulheres e pessoas trans, se opuseram a expressão “homossexual”, pois essa palavra de origem europeia continha conotação patológica e pejorativa. Trans, gays e lésbicas, elaboraram panfletos, jornais, escreveram ensaios, legislações contra a homofobia. As vozes potentes de duas mulheres trans, Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera ecoaram pelo EUA, exigiam o fim do preconceito, inclusive a retirada dos documentos oficiais da área da psicologia a associação da experiência homossexual como doença mental.

Na França, em 1971, emerge o movimento *Front homosexuel d'action révolutionnaire* – FHAR) (Frente Homossexual de Ação Revolucionária), organizadas pelos ativistas e intelectuais Guy Hocquenghem, Christine Delphy, Daniel Guérin, Pierre Hahn, Laurent Dispot, Hélène Hazera, Jean Le Bitoux, René Schérer, Françoise d'Eaubonne, Patrick Schindler e Yves Hernot.

O livro *Le désir homosexuel* [o desejo sexual], publicado em 1972, do filósofo francês Guy Hocquenghem (1946-1988), é um marco dos estudos gays e lésbicos e também da teoria queer. Esta obra movimenta as ciências humanas e as práticas políticas, ao questionar a homofobia e o heterossexismo:

Aquilo que causa problema não é o desejo homossexual, é o medo da homossexualidade; é preciso explicar por que a simples palavra desencadeia fugas e ódios (...) Desde a infância, o desejo homossexual é eliminado socialmente por uma série de mecanismos familiares e educativos (Hocquenghem, 2020, p. 9).

Outro filósofo francês e homossexual que teve muito destaque e influência dos estudos gays e lésbicos e na teoria queer, foi Michel Foucault (1926-1984). A tese apresentada no livro *A ordem do Discurso*, em que ele diz que a sociedade é efeito de uma produção discursiva (Foucault, 1996), se estende para sua pesquisa sobre a sexualidade humana. O filósofo estuda as teses apresentadas por sexólogos e psicanalistas no século XIX e XX, para compreender como eles entendiam a sexualidade. Segundo o filósofo e historiador, “a ‘sexualidade’ é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa” (Foucault, 2015, p. 115). Ele refuta as teses que a sexualidade



é reprimida, mas sim produzida discursivamente com o objetivo de subjetivar e objetivar os humanos para exercerem uma sexualidade heterossexual e reprodutiva, com o objetivo de fazer a manutenção do sistema capitalista.

A filósofa, socióloga e feminista francesa Monique Wittig teve grande influência nos estudos feministas e nos estudos gays e lésbicos e na teoria queer. No ano de 1978, ela apresentou, na convenção de *Modern Language Association*, em Nova York, seu texto “o pensamento heterossexual”, neste ensaio ela questiona as ciências humanas, ela argumenta que as mesmas, contribuem para a construção social da heterossexualidade como norma. Ela escreve “Os discursos que oprimem, lésbicas, mulheres, e homens homossexuais, são os que pressupõe que o fundamento da sociedade, qualquer sociedade, é a heterossexualidade” (Wittig, 2022, p. 59), ela continua: “Esses discursos falam sobre nós e alegam dizer a verdade em um campo apolítico, como se todos os signos desse campo pudessem escapar do político (...) (Wittig, 2022, p. 59). Wittig considera que a heterossexualidade constrói os sexos em gênero binário, ou seja, se o humano tiver um pênis deverá se identificar com a masculinidade, se tiver uma vagina, deverá se identificar com a feminilidade. Em sua visão a heterossexualidade é um regime político e não como se costuma pensar, uma identidade/orientação sexual, apenas.

A teórica feminista lésbica e estadunidense Adrienne Rich, também refletiu sobre a heterossexualidade no seu ensaio “Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica” publicado em 1980 na Revista *Sign*. Em consonância como o pensamento de Monique Wittig, ela entende a heterossexualidade como uma norma compulsória, que concede privilégios a homens, principalmente os homens heterossexuais. Segundo ela,

o fracasso de examinar a heterossexualidade como uma instituição é o mesmo que fracassar ao admitir que o sistema econômico conhecido como capitalista ou o sistema de casta do racismo são mantidos por uma variedade de forças, incluindo tanto a violência física como a falsa consciência (Rich, 2010, p. 35).

No Brasil, em 1978, emergiu o SOMOS- Grupo de Afirmação Homossexual e Grupo de Ação Lésbica-Feminista – GALF (1981-1989), em São Paulo, o movimento lutou contra as violências homofóbicas, principalmente no trabalho, contra os/as homossexuais. É interessante notar que as reivindicações sociais e políticas do movimento estavam em consonância como os estudos gays e lésbicos e os ativismos LGBTQ+ de outros países do Ocidente. Assim como nos EUA, havia uma forte repressão policial<sup>13</sup>. As manifestações e

---

<sup>13</sup>Consultar o texto “Repressão policial aos LGBTQs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados” de Rafael Freitas Ocanha) no livro **História do Movimento LGBTQ** James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes (org) no Brasil. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018. Conferir também **Ditadura homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. Renan Honório



a produção de panfletos, jornais, revistas e ensaios teóricos. A produção e circulação do jornal homossexual *Lampião da Esquina* (1978 e 1981) e *Chanacomchana* (Green, Quinalha, Caetano, 2018)<sup>14</sup>.

No Brasil, os estudos gays e lésbicos foram produzidos majoritariamente por homens gays e lésbicas brancas, urbanos e de classe média. Esses/as pesquisadores tiveram contato com a bibliografia de sexualidade produzida no exterior, podemos destacar o jornalista João Silvério Trevisan, o historiador estadunidense e brasilianista James Green, o antropólogo argentino Néstor Osvaldo Perlongher, o antropólogo inglês Peter Fry, o psicólogo Edward Macrae, e a historiadora Marisa Fernandes. Esses estudos pioneiros visavam descrever as experiências de gays e lésbicas, documentar a construção do movimento homossexual e problematizar a heterossexualidade e combater as práticas heterossexistas.

Podemos destacar que esse campo de estudos teve seu esgotamento, pelo fato de, na maioria das vezes, não desenvolver uma análise interseccional<sup>15</sup> e por focar na experiência de gays e lésbicas brancas urbanas de regiões metropolitanas. Outro fator notório que cabe salientar, esse campo de estudos deu pouca ênfase nas experiências trans (travestis e transexuais). A seguir, iremos descrever a construção do movimento transfeminista.

## 4 OS ESTUDOS QUEER E O TRANSFEMINISMO: EPISTEMOLOGIAS TRANSFORMADORAS

Como vimos acima, a construção do movimento gay/homossexual no final de 1968, lutou contra as políticas homofóbicas institucionais. O movimento teve suas disputas internas, as mulheres homossexuais, optaram por serem chamadas de “lésbicas” ao invés de “gays”. Essa escolha marca a construção de suas demandas dentro do movimento, as questões colocadas por elas trazem o feminismo para o movimento, para combater o machismo que o existia entre os gays. A historiadora lésbica e Feminista e ex-membra do

---

Quinalha (editor); James Naylor Green (editor). São Carlos. EdUFSCar, 2014; QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. Companhia das Letras. 2021.

<sup>14</sup> Para conhecer sobre a história do movimento LGBT ver História do Movimento LGBT no Brasil. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018.

<sup>15</sup> Temos consciência que existem alguns livros que fazem essa análise, os ensaios da feminista negra estadunidense e teórica queer Audre Lorde e da feminista chicana e teórica queer Gloria Anzaldúa. Conferir: Lorde, Audre. **Irmã outsider** / Audre Lorde; tradução Stephanie Borges. -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019.



GALF, Marisa Fernandes, destaca que dentro do movimento homossexual brasileiro existia muitos membros que reproduziam o discurso e as práticas patriarcais.

Se as pautas das lésbicas causavam agitação dentro do movimento homossexual, as pautas das travestis e das mulheres e homens transexuais, que ficaram mais visíveis no Brasil no final do século XX, gerou uma transformação do movimento. O movimento passou a se denominar de chamada GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), mais tarde, passou a se chamar de LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexual), a mudança da sigla “L” de lésbicas para o início, marca a força da visão feminista das lésbicas, no combate ao machismo dentro do movimento.

Conforme assiná-la a psicóloga transfeminista brasileira e teórica queer Jaqueline Gomes de Jesus e a transfeminista brasileira Hailey Kaas, o movimento transfeminista em nosso país, emerge no mundo digital. A criação de grupos e páginas na rede social Facebook sobre o tema cresce a partir do ICQ e ORKUT, em seguida nas redes Meta/Facebook (York, 2025) em 2009. Quando muitas pessoas trans passam a utilizar a rede social e há menções desses números na segunda década deste milênio (York, 2025). No site [transfeminismo.com](https://transfeminismo.com) organizado por Hailey Kaas<sup>16</sup>, a bloqueira produz vários ensaios sobre o transfeminismo, gênero, sexualidade e corpo. As pesquisadoras escrevem:

O feminismo transgênero surge como uma crítica ao cissexismo ou dimorfismo e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que está para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres [...] O feminismo transgênero pode ser compreendido tanto como uma filosofia quanto como uma práxis acerca das identidades transgênero que visa a transformação dos feminismos. Emi Koyama (2011) define o transfeminismo como, “primordialmente, um movimento feito por e para mulheres trans que entendem que a sua liberação está intrinsecamente ligada à liberação de todas as mulheres.

A perspectiva do transfeminismo tornou-se mais conhecida no meio acadêmico brasileiro em 2013, na décima edição do “seminário internacional fazendo gênero”, em Santa Catarina, na Universidade Federal de Santa Catarina, no Simpósio temático “Feminismo Transgênero ou Transfeminismo”, no ano seguinte, Jaqueline Gomes de Jesus organizou e publicou o livro ***transfeminismo: teorias e práticas***, publicado pela editora carioca metanoia. O livro possui ensaios de pesquisadores/as ligados aos estudos transfeminista e/ou teoria queer. Ao comentar sobre o livro, a psicóloga escreve:

O livro *Transfeminismo: Teorias e Práticas Brasileiras* abrange trabalhos identificados com esse movimento intelectual e político contemporâneo que: 1) desmantela e redefine a equiparação entre gênero e biologia; 2) reitera o caráter interacional das opressões; 3) reconhece a história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e as experiências pessoais da população transgênero de

---

<sup>16</sup> <https://transfeminismo.com/about/>



forma geral; e 4) valida as contribuições de quaisquer pessoas, transgênero ou cisgênero (pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento).

O transfeminismo emerge a partir das contribuições de pensadores gays, lésbicas e trans vinculado à teoria queer. Essa perspectiva teórica e política emergiu na década 1990. A publicação do livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* da filósofa feminista Judith Butler e a publicação do livro *Epistemologia do armário* da teórica literária feminista Eve K. Sedwick são considerados por alguns com a “fundadores” dos estudos queer.

O termo Queer é uma injúria homofóbica utilizada nos EUA para depreciar dissidentes de gênero. O termo foi assumido por alguns movimentos sociais radicais, tais como Queer Nation, ACT UP, Lesbians Avengers, no qual questionavam as políticas conservadoras do presidente Ronald Reagan mediante à epidemia do hiv/aids. Durante a epidemia políticos conservadores da Direita e a medicina estadunidense, associaram o vírus a experiência sexual de homossexuais e transexuais, desencadeou discursos que produziram práticas violentas homofóbicas e transfóbicas negligenciando políticas de saúde para as pessoas que foram infectadas. O descaso com relação à epidemia, considerada à época pela medicina e mídia homofóbica como “câncer gay”<sup>17</sup> provocou muitas mortes dos membros da comunidade LGBTQ+ (Vilela; Arantes; Costa, 2016, p.13).

A denominação de teoria queer, utilizada para nomear esse campo de estudos, foi proposto pela linguista, historiadora e crítica de cinema, Teresa de Lauretis.

Eu inventei a expressão "teoria queer em 1990, como tema de uma conferência que organizei na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz. Para mim, naquele momento, teoria queer era um projeto crítico que tinha o objetivo de resistir à homogeneização cultural dos "estudos gays e lésbicos" que estavam pela academia, tomados como um campo de estudos singular e unificado. O que não era o caso: homens gays e lésbicas tinham histórias diferentes, maneiras diferentes de se relacionar e práticas sexuais diferentes. As lésbicas não eram, naquele momento, o alvo principal das campanhas de marketing do "estilo de vida" gay (saunas abertas 24 horas por dia, cruzeiros e pacotes de viagens, moda, projetos imobiliários). Ainda mais importante: as lésbicas tinham uma relação forte, e por vezes conflituosa, com o movimento feminista. As questões raciais, chicanas e latinas, em sua crítica ao feminismo branco, moldaram os feminismos dos anos 1980- e dos que vieram depois (De Lauretis, 2019b, p. 398).

Judith Butler ganhou enorme destaque neste campo de estudos. Ao analisar a performance da *drag queen*. Ela escreve ela argumenta que o gênero é uma performance, efeito do discurso, que ela propõe chamar de performatividade de gênero. Ela escreve:

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de

---

<sup>17</sup> Para uma análise da epidemia, consultar: PERLONGHER, Néstor, **O que é AIDS**, São Paulo, Brasiliense, 1987.



ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero (Butler, 2016, p. 242).

Butler não acredita que exista uma essência feminina ou masculina. Ela compreende o gênero como uma performance que é construída socialmente por meio de representações sociais e enunciados linguísticos e discursivos. Ela escreve: “Consideremos primeiramente que a diferença sexual é muitas vezes invocada como uma questão de diferenças materiais. Entretanto, a diferença sexual é sempre uma função de diferenças materiais que são, de alguma forma, marcadas e formadas por práticas discursivas” (Butler, 2019, p. 15).

No Brasil, a historiadora feminista e teórica queer Guacira Lopes louro tem contribuído muito para a divulgação dessa epistemologia. O ensaio “*Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação*” publicado em 2001, na revista Estudos Feministas, é considerado um marco histórico da divulgação dessa perspectiva teórica em nosso país. Voltando ao transfeminismo, essa perspectiva de estudos tem como objetivo problematizar o determinismo biológico seja na ciência ou nas religiões de matriz judaico- cristãs, que (re)produzem discursos que criam políticas violentas cisnormativas e elabora a necropolíticas transfóbicas. Segundo a travesti transfeminista Letícia Nascimento “o transfeminismo abarca possibilidades corporais em desacordo com norma cisgênera, que impõe uma verdade biológica sobre nossos corpos (Nascimento, 2021). Como afirma a transfeminista Helena Viera:

A produção de todo corpo é tecnológica. As identidades são tecnologias sociais que operam sobre os corpos para a manutenção deste ou daquele sistema de mundo. Chamo essa busca por uma verdade natural no gênero de bucolismo de gênero, um tipo de escapismo das mudanças que a tecnologia incide nas relações sociais, sobretudo quando o assunto é gênero. (...) O transfeminismo é uma emergência político-epistemológica para além das demandas das pessoas trans, colaborando para a construção de uma nova forma de estar no mundo, novas relações com o desejo, o corpo, as identidades e as categorias de intelecção do real.

A linguista e transfeminista brasileira Bia Pagliarini Bagagli, tem argumentado que:

O transfeminismo também reconhece, diria que como um pressuposto, a história do movimento feminista como um exemplo para a luta de resistência de pessoas trans. Reivindicações do movimento feminista nas áreas de sexualidade, trabalho, subjetividade, corpo, relações familiares e crítica das opressões de gênero levantam aspectos fundamentais para a compreensão das lutas específicas das pessoas trans. Entendemos que as vivências de mulheres trans são diferentes das vivências das mulheres cis, mas a diferença, além de não implicar nenhum tipo de hierarquia entre o que seria mais legítimo ou verdadeiro, também nos auxilia a compreender as nossas semelhanças e possibilidades de alianças (Bagagli, 2018).

A filósofa feminista mexicana e teórica queer Sayak Valencia, tem refletido sobre o

transfeminismo e suas formas de resistência frente à sociedade de forma geral, o movimento LGBTQ+ e o Movimento feminista trans-excludente. Segundo Valencia:

O transfeminismo é importante neste mundo de destruição do comum e da sustentabilidade da vida – e, nesse caso, as diferenças entre primeiro e terceiro mundo são mínimas – em que as mulheres integrantes de ambos mundos “ganham efetivamente menos que os homens, ocupam cargos subalternos, [e] aceitam com normalidade o fato de que as desprezem quando desenvolvem algo” (DESPENTES, 2007, p.17). E onde “o capitalismo é uma religião igualitária, posto que, subjuga a todos e faz com que todos nos sintamos presos, assim como estão todas as mulheres” (DESPENTES, 2007, p.26). O sistema capitalista é a mostra da falência do sistema de trabalho, da radicalização obscena do liberalismo, do funcionamento gore do sistema econômico, e também é a forma visível que ainda persiste e é amplamente aceita na qual se articulam a opressão machista, a exploração, a morte e a violência contra os que foram historicamente considerados minorias. Agora, o discurso e a prática transfeminista relacionam-se com a dissidência sexual e o queer, mas não se reduzem apenas a um discurso estético e protético, mas entre seus objetivos está configurar-se como um projeto ético e político que se vincula de maneira interseccional com a interdependência que a sustentabilidade da vida possibilita. Utilizo o termo sustentabilidade da vida partindo da economia feminista. Esse conceito se refere a trazer ao centro da discussão os trabalhos que sustentam a vida: os trabalhos de reprodução, os cuidados, o trabalho doméstico, o trabalho sexual, que são fundamentais para o desenvolvimento das relações sociais e econômicas, já que, são o suporte para que a estrutura capitalista possa gerar mais-valia, mesmo que o sistema econômico que impera invisibilize-os (Valencia, 2022, p. 260).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo apresentar a perspectiva teórica do transfeminismo e sua proposta de educação que combata o machismo, a transfobia, a homofobia, o racismo e classismo. Iniciamos o texto narrando um breve histórico do movimento feminista e a construção dos estudos gênero, na sequência, fizemos um breve histórico do movimento LGBTQ+ e a construção dos estudos gays e lésbico e os estudos queer. Concluímos o texto narrando o nascimento do transfeminismo no Brasil.

O movimento LGBTQ+ em sua perspectiva transfeminista tem conseguido elaborar políticas públicas para as travestis e pessoas trans. A despatologização da experiência trans, O uso do nome social, a criminalização da conduta homofóbica e transfóbica, a construção de pedagogias transfeministas, para romper com a educação transfóbica. É preciso combater a violência doméstica contras pessoas trans, a violência patrimonial (expulsão de casa), o *transepstemicídio* (a expulsão de travestis e transexuais da escola e das universidades, por meio da violência psicológica e/ou física) que é uma forma de privar que as pessoas trans possam produzir saber institucional para questionar a



Cisgovernabilidade<sup>18</sup> - estrutura que funda a cis-hetero-normatividade pressumida para todos os corpos.

Reconhecemos que alguns direitos foram conquistados, porém, necessitamos de políticas que previnam o transfeminicídio. O espancamento e a assassinato da travesti cearense Dandara dos Santos, foi filmado pelos assassinos e circulou nas redes sociais (Facebook, WhatsApp, Twitter e Instagram), chocou a comunidade LGBTQ+ e aliados. O movimento trans tem cobrado leis que possam proteger as travestis e trans da violência. Devemos estar atentos e atentas as práticas de *pinkwashing* e homonacionalistas, que promover políticas neocoloniais<sup>19</sup>.

É por isso que “o transfeminismo é uma emergência político-epistemológica para além das demandas das pessoas trans, colaborando para a construção de formas visíveis de estar no mundo que implique relações com o desejo, o corpo, as identidades e as liberdades inventivas que habitamos no cotidiano.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado: Notas para uma investigação. In: **Um mapa da ideologia** / Theodor W. Adorno... let. al. j organizayaoSlavojZitek; tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos).

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BAGAGLI, Bia. P.; VIEIRA, H. Transfeminismo. In: Heloísa Buarque de Hollanda. (Org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1ed. São Paulo: Companhia

---

<sup>18</sup> "a cisgovernamentalidade constitui um domínio de processos implicados em repetição, em ensino-aprendizagem ad eternum. O prefixo CIS – de cisgeneridade – aglutinado à governamentalidade seria “um campo estratégico de relações de poder” (FOUCAULT, 2010). No sentido mais amplo do significado, não meramente político, um campo estratégico de relações de poder – com sua plasticidade – fomenta uma relação entre sujeitos e instituições. Ela é sucessiva de códigos sociais relativos aos estágios no pleno percurso da vida social, onde aprendemos a decifrar os significados implicados dos/nos contextos de relacionamentos. Trata-se de um sistema de crenças cujo intento adere os mais diferentes sujeitos à constitucionalidade de si, a uma norma que aspira ser natural, provida pela natureza e representativa de uma fonte primária jamais vista ou alcançável, uma cópia original (SALIH, 2012) nunca vista e mantida através a repetição regulatória (BUTLER, 2003). In York, Sara Wagner. TIA, **VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação** / Sara Wagner York. – 2020. Orientador: Fernando Altair Pocahy. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

<sup>19</sup> 19 Para uma discussão sobre o conceito de homonacionalismo consultar: PUAR, Jasbir. Repensando o homonacionalismo. (2023). Caderno Espaço Feminino, 36(1), 220-226; e PUAR, Jasbir. **Agenciamentos terroristas: homonacionalismo em tempos queer**. São Paulo: Crocodilo edições; Campinas, São Paulo: Editora Unicamp. 2024.



das Letras, 2018, v. , p. 343-378.

BEAUVOIR, Simone. O **segundo sexo: Fatos e Mitos**. 4ª edição. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar.-11ª edição.- Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016

BUTLER, Judith. *Corpos que Importam-Sobre os limites discursivos do "sexo"*.n-1 edições e crocodilo edições. 2019

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.In **Pensamento feminista: conceitos fundamentais** / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In **Pensamento feminista: conceitos fundamentais** / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.  
DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LAURETIS, Teresa. Tecnologia de gênero. HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais** / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a.

DE LAURETIS, Teresa. Teoria Queer 20 anos depois: Identidade, sexualidade e política. in HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.) **Pensamento feminista- conceitos fundamentais**. 2019b.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In **História do Movimento LGBT no Brasil**. James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes (org) História do Movimento LGBT no Brasil. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: Vol.1 A vontade de saber**. 3ªe.d. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GREEN, James N., Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes (org) **História do Movimento LGBTno Brasil**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra.

**Cadernos Pagu** (22). 2004. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644638>. Acesso em: 16 jul. 2025.



HOCQUENGHEM, Guy. **O desejo Homossexual**. Rio de Janeiro: A bolha, 20220.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação** / bell hooks; tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p. ISBN 978-85-93115-21-9

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras** / bellhooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. tradução Stephanie Borges. -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais** / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos feministas**. Florianópolis. Vol. 9, n. 2 (2001). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVKT9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2025.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaia, 2021.

NICHOLSON, Linda. "Interpretando o gênero". **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9- 41, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PERLONGHER, Néstor, **O que é AIDS**, São Paulo, Brasiliense, 1987.

PETERS, Michel. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tra. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

PRECIADO, Paul B. Testo Junkie: **sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul. La Izquierda bajo la piel: um prólogo para Suely Rolnik. in: ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**- são Paulo: n-1 edições, 2018.

PUAR, Jasbir. **Agenciamentos terroristas: homonacionalismo em tempos queer**. São paulo: Crocodilo edições; Campinas, são paulo: Editora Unicamp. 2024



PUAR, Jasbir. Repensando o homonacionalismo. (2023). **Caderno Espaço Feminino**, 36(1), 220-226; Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/69868>. Acesso em: 10 jul. 2025.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2022.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. Companhia das Letras. 2021.

QUINALHA, Renan; GREEN, James. **Ditadura homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos. EdUFSCar, 2014.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. **Revista Bagoas** n. 05 | 2010 | p. 17-44. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada- são Paulo: n-1 edições, 2018.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo. In RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução Jamile Pinheiros Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Revista de Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 08 jul. 2025.

SCOTT, Joan W. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu** (3) 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Seguido de Agape e Extase: orientações pós-seculares; tradução Heci Regina Candiani; pós-facil Richard Miskolci--1.ed- Belo Horizonte: Autêntica Editora.

VALENCIA, Sayak. O transfeminismo não é um genderismo. **Revista X**, v. 17, n. 1, p. 250-264, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/84398>. Acesso em: 10 jul. 2025.

VALENCIA, Sayak. Capitalismo gore. In **Dicionário crítico de gênero** / Ana Maria Colling, Losandro Antônio Tedeschi, org. ; prefácio [de] Michelle Perrot. – 2.ed. – Dourados, MS : Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

VALENCIA, Sayak. **Capitalismo Gore. Espanha**. Editorial Melusina. 2010.

VIEIRA, Helena. Transfeminismo. In: Heloísa Buarque de Hollanda. (Org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras,



2018, v., p. 343-378.

VILELA, Fabrício Marçal. Gênero: genealogia de uma categoria analítica. In VILELA, Fabrício Marçal. **Cinema e subversão: a representação de gênero em *A mulher de todos* (1969)**. Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia, 2017. Monografia de conclusão de curso em História.

VILELA, Fabrício Marçal, ARANTES, Caroline, COSTA, Tatiane. **Gênero, Política e Ensino de História**. Anais eletrônicos da **IV Semana de História do Pontal/III Encontro de Ensino de História** | ISSN: 2179-5665 Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal | Ituiutaba-MG | 29 de novembro a 02 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/fabriciovilelacarolinenunestatiainecosta.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual**. Tradução Maíra Mendes Galvão. -1 ed.- Belo Horizonte- MG: Autêntica, 2022.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação do direito das mulheres** [recurso eletrônico] / Mary Wollstonecraft; tradução Ivania Pocinho Motta. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Iskra, 2016.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação** / Sara Wagner York. – 2020. Orientador: Fernando Altair Pocahy. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

YORK, Sara Wagner. **Programa de travesti: as trans-experiências em educação e mídia**. 2025. 340 f. Tese (Doutorado Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

